



Tatiana Dias Silva  
Fernanda Lira Goes  
Organizadoras

**IGUALDADE  
RACIAL  
NO BRASIL  
REFLEXÕES NO ANO  
INTERNACIONAL DOS  
AFRODESCENDENTES**

Rio de Janeiro, 2013

**ipea**

Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes/  
Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013.

186 p. : gráfs., mapas, tabs.  
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-168-7

1. Trabalho Doméstico. 2. Educação. 3. Negros. 4. Violência. 5. Relações Raciais.  
6. Brasil. I. Silva, Tatiana Dias. II. Goes, Fernanda Lira. III. Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 305.800981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
CAPÍTULO 1 PANORAMA SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA Tatiana Dias Silva .....	13
<b>PARTE 1: QUE TRABALHO DOMÉSTICO QUEREMOS PARA O BRASIL DO SÉCULO XXI?</b>	
CAPÍTULO 2 QUESTÕES PARA PENSAR O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL Lilian Arruda Marques Patrícia Lino da Costa .....	31
CAPÍTULO 3 COLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE: O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI Joaze Bernardino-Costa .....	45
CAPÍTULO 4 O TRABALHO DOMÉSTICO E O ESPAÇO PRIVADO: INIQUIDADES DE DIREITOS E SEUS IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS Claudia Mara Pedrosa .....	59
<b>PARTE 2: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS</b>	
CAPÍTULO 5 PANORAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA <i>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE TRABALHO COM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA</i> Rodrigo Ednilson de Jesus Nilma Lino Gomes.....	81
CAPÍTULO 6 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, CULTURA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 26-A DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/1996 Renísia Cristina Garcia-Filice .....	97
<b>PARTE 3: VIOLÊNCIA E POPULAÇÃO NEGRA</b>	
CAPÍTULO 7 VIOLÊNCIA LETAL NO BRASIL E VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: QUAL TEM SIDO O PAPEL DAS POLÍCIAS E DO ESTADO? Almir de Oliveira Junior Verônica Couto de Araújo Lima .....	121

**PARTE 4: ACESSO A TERRA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

CAPÍTULO 8 A TERRITORIALIDADE DOS QUILOMBOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:  
UMA APROXIMAÇÃO  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos..... 137

CAÍTULO 9 ACESSO A TERRA “CAMINHO DE MUITAS CURVAS”: DEPOIMENTO DE  
UM QUILOMBOLA  
Ivo Fonseca Silva..... 153

**PARTE 5: BRASIL NO ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES**

CAPÍTULO 10 O ITAMARATY E O ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES: UM OLHAR  
SOBRE O DISCURSO EXTERNO BRASILEIRO ACERCA DA QUESTÃO RACIAL  
Silvio José Albuquerque e Silva ..... 159

**ANEXOS ..... 171**

## A TERRITORIALIDADE DOS QUILOMBOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA APROXIMAÇÃO\*

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos\*\*

### 1 INTRODUÇÃO

Uma das questões estruturais relacionadas à forma de assimilação e incorporação das culturas africanas no Brasil, que continua a merecer investigação e conhecimento, diz respeito aos aspectos geográficos da África e suas relações com a formação do território brasileiro. Nessa direção, configura-se a necessidade de recuperação, resgate e divulgação das informações e referências que possam permitir a construção de um perfil do continente africano e da população brasileira com ascendência na África. Um primeiro ponto de partida é o estabelecimento e reconhecimento de outras perspectivas que permitam uma compreensão da diáspora, da geopolítica do sistema escravista e das tecnologias africanas como elementos formadores e estruturadores da configuração do mundo contemporâneo. Este estudo preconiza que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, respeitar e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no Brasil contemporâneo.

O esquecimento proposital das comunidades e dos territórios descendentes de antigos quilombos, sítios geográficos estratégicos onde se agrupavam, principalmente, povos de referência africana, mas, também, índios e europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época e formavam comunidades livres, autossustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual. É inconcebível a realização de leituras do território do país, de dimensões continentais, sem contemplar a geografia dos quilombos e dos espaços estruturados no “Brasil Colonial” sobrevivente.

---

\* O autor agradece aos geógrafos da equipe Ciga, Rodrigo Vilela e Guilherme Carvalho, assim como a Washington Oliveira e Isabela Souza pelo apoio na sistematização dos dados e construção da documentação cartográfica. Agradece, também, às populações e lideranças quilombolas, que direta e indiretamente contribuíram para a realização dos estudos do Projeto Geoafro. Finalmente, o autor agradece a todos os anjos e a todos os orixás africanos.

\*\* Autor e coordenador do Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto Geoafro). Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga) e Professor Associado do Departamento de Geografia (GEA) da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* cartografia@unb.br. *Site:* www.ciga.unb.br

Este capítulo pretende auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da geografia dos quilombos contemporâneos no Brasil, particularmente na sua distribuição espacial. Preconiza, também, trazer à luz as questões geográficas fundamentais da diáspora África Austral–Brasil como referências básicas para a compreensão e o resgate das heranças africanas que fazem parte do país.

Utilizam-se aqui, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela possibilidade de sua eficiência no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos. É importante lembrar que os dados geográficos se tornam mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial. Sabe-se que a ferramenta cartografia constitui meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica (Anjos, 1998).

Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas que a cartografia para explicar as inúmeras indagações das complexidades da formação territorial do Brasil. Este trabalho faz parte de uma das etapas desenvolvidas no Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto Geoafro), desenvolvido e operacionalizado junto ao Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga) do Departamento de Geografia (GEA) da Universidade de Brasília (UnB).

Com essas referências objetiva-se contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que a diáspora africana para o Brasil, a educação geográfica afrobrasileira, os quilombos e a questão étnico-racial no país sejam tratados com mais seriedade.

## **2 A GEOGRAFIA E O TERRITÓRIO ÉTNICO: BREVE RESUMO**

A geografia é a ciência do território e este componente fundamental continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, registra os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. Não se pode perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, cuja composição étnica e socioeconômica bem como sua distribuição espacial apresentam uma heterogeneidade singular.

Nesse sentido, essa disciplina assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço nacional. Essa disciplina também possibilita apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excluídas que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, um contato com um Brasil de uma geografia complexa, multifacetada e cuja população e território não estão devidamente conhecidos.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, passível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial.

O território africano austral constitui componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem a origem e composição da população de ascendência africana na sociedade brasileira. Este processo secular tem como pano de fundo uma geopolítica de comércio de mercadorias e seres humanos e apropriação territorial junto ao continente africano, sendo o Brasil um dos “pilares” do seu desenvolvimento por quatro séculos. Alguns aspectos dessa Geografia da Diáspora África Subsaariana e o Brasil são tratados resumidamente na seção a seguir.

### **3 A GEOPOLÍTICA DA DIÁSPORA AFRICANA E O BRASIL: UMA SÍNTESE**

O movimento histórico das grandes navegações deve ser entendido como uma consequência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu. O horizonte geográfico das terras emersas vai ser ampliado de forma significativa pelos novos encontros de culturas, identidades e territorialidades. Como resultado, o mapa do mundo vai ser profundamente modificado nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, sobretudo pelos novos territórios a ele incorporados e as “novas” fronteiras constituídas e impostas. Este período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza. Os trópicos eram vistos pelo europeu como um mundo que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente e esta estratégia representava um estímulo à política mercantilista, ao desenvolvimento do capitalismo comercial e ao fortalecimento do Estado.

Não eram somente as riquezas da África que interessavam à Europa Moderna, os seres humanos também eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração das minas. Instaura-se assim um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capitais, estruturado num sistema político, jurídico e econômico que vai permitir o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial, possibilitando a expansão do capitalismo. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus, a ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu *habitat*, com sua bagagem cultural, a fim de serem injustamente incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Entre 12 milhões e 13 milhões de seres humanos africanos transportados é uma referência, apesar de as pesquisas divergirem, ainda atualmente, sobre os registros quantitativos nessa diáspora africana. Entretanto, é consenso na comunidade científica que a dinâmica do tráfico trouxe problemas de despovoamento em numerosas áreas do continente.

É importante lembrar que o conceito geográfico de diáspora tem a ver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo da história tem sido possível identificar a construção de territórios pela mobilidade das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas. Na África, a caracterização de alguns destes grandes movimentos demográficos começa pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e, posteriormente, para outras terras emersas do mundo (figuras 1 e 2).

O fenômeno espacial aqui abordado está ligado aos séculos de deslocamentos – geralmente denominados “tráfico negreiro” – para a América (Novo Mundo), fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, num contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo. Ressalte-se que foram as regiões geográficas do Brasil de interesse econômico para os europeus que receberam os maiores fluxos de populações africanas escravizadas. A sequência dos mapas temáticos mostra uma representação gráfica das referências territoriais de origem na África nos quatro séculos do tráfico de populações e de desestruturação de sociedades e Estados.

No século XVI, a referência espacial principal são as regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Os negros oriundos dessas regiões foram trazidos principalmente para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também levados para o Maranhão e o Grão-Pará. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico nesse período atualmente correspondem aos limites internacionais dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Benin, Burquina Faso, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Mali e Gâmbia.

No século XVII o tráfico vai ser dinamizado na Costa de Angola, transportando povos africanos para Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do Centro-Sul do Brasil, e na Costa da Mina, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. A antiga Costa da Mina compreende atualmente os territórios dos seguintes países: Costa do Marfim, Libéria, Burquina Faso, Mali, Níger, Congo, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. A conhecida Costa de Angola corresponde atualmente aos seguintes países: Angola, Gabão, República Democrática do Congo e Guiné Equatorial.

Nos séculos XVII e XVIII vão se constituir as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: as Costas da Mina e de Angola. É nesse período que vão ocorrer os maiores volumes de povos africanos transportados para o território brasileiro.

A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são bem imprecisos. Os espaços geográficos da África atingidos por esse último ciclo têm correspondência, na atualidade, nos territórios dos seguintes países: Gana, Togo, Benin, Nigéria, Gabão, Congo, Angola, República Democrática do Congo, Moçambique e Madagascar. Esse é o período em que são desfeitas as ligações bilaterais entre os continentes africano e americano, sendo destruídas as rotas do tráfico triangular entre a América, a África e a Europa. Entretanto o Brasil, por 66 anos, e os Estados Unidos, por mais 90 anos, continuaram escravistas depois da independência (figura 3).

A manutenção dessa estruturação política, econômica e territorial por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostram como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e as contradições econômicas e sociais. A representação cartográfica do início do século XX revela como a estrutura geográfica do país continua colonial-imperial para atender aos interesses e pressões do capital internacional. No bojo desta configuração espacial estão os espaços excluídos dos quilombos, territórios históricos temidos durante o sistema escravista e “invisíveis” no Brasil contemporâneo.

Um breve panorama dos contextos geográficos dos territórios das atuais comunidades quilombolas no país é tratado na seção a seguir.



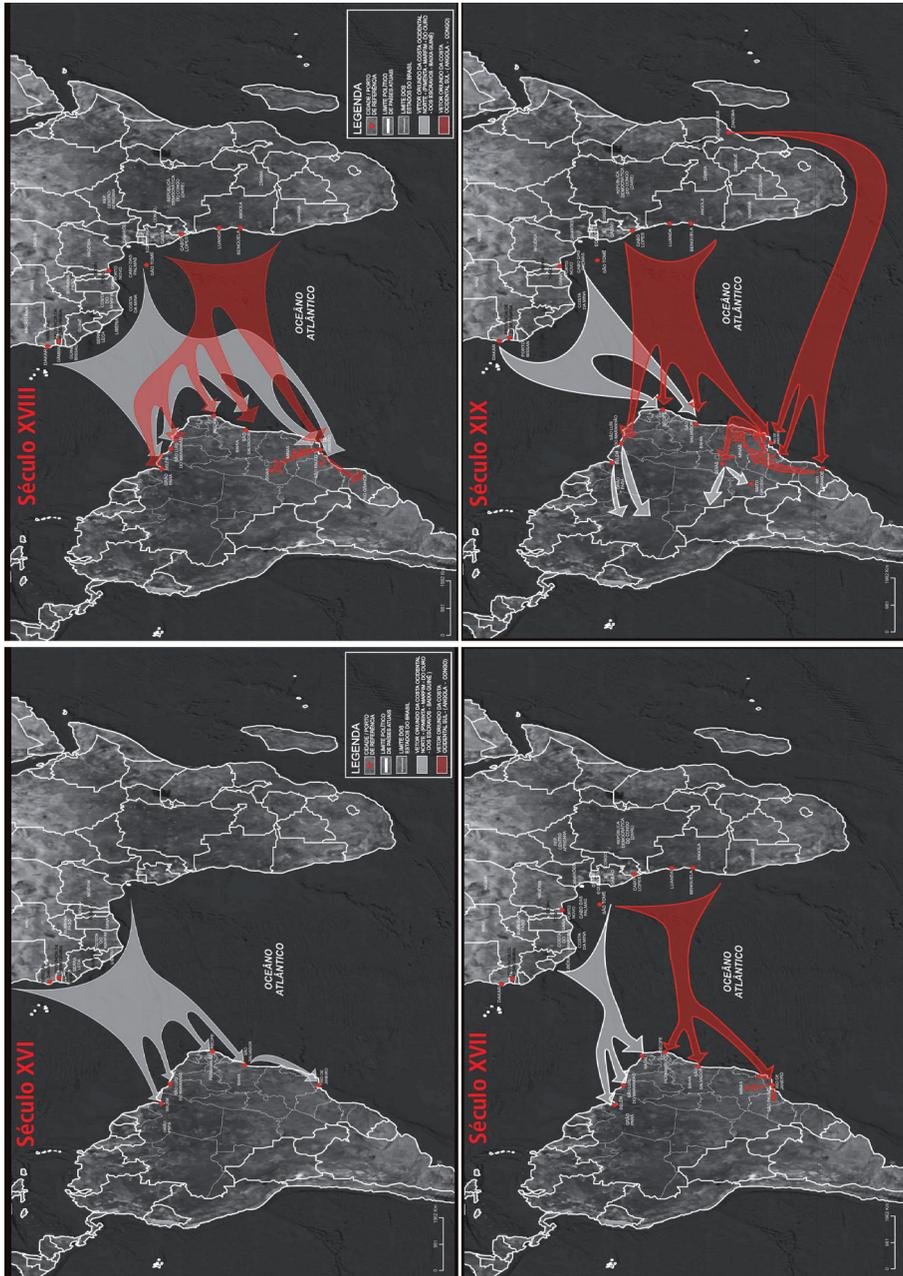


© Projeto Cartográfico Geog. Rafael Sarrão A. dos Anjos. Todos os direitos reservados. Brasília - Distrito Federal - 2011

Fonte: Anjos (2012a).

Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FIGURA 2  
Referências da dinâmica da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais  
(Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos)



Fonte: Anjos (2009).

Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).



As relações dos povos africanos e seus descendentes dentro do sistema escravista são marcadas sistematicamente por tensões. Os conflitos urbanos constituem registros significativos que fazem parte da história de importantes cidades, como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São Luís, Belém e Rio de Janeiro, dentre outras. A espacialização das ocorrências dos principais movimentos sociais organizados com participação de povos de referência africana e indígena pulverizadas pelo país revela o quadro de riscos de desestabilização do sistema dominante (figura 4).

Mesmo passado mais de um século da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam associando a população de matriz africana à imagem de “escravizada” e os quilombos continuam vistos sempre como algo do passado, como se não fizessem mais parte da vida do país. Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária dos descendentes de quilombos no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade oficial no sistema dominante territorial e social, essa questão é agravada pelo esquecimento e pouca prioridade política.

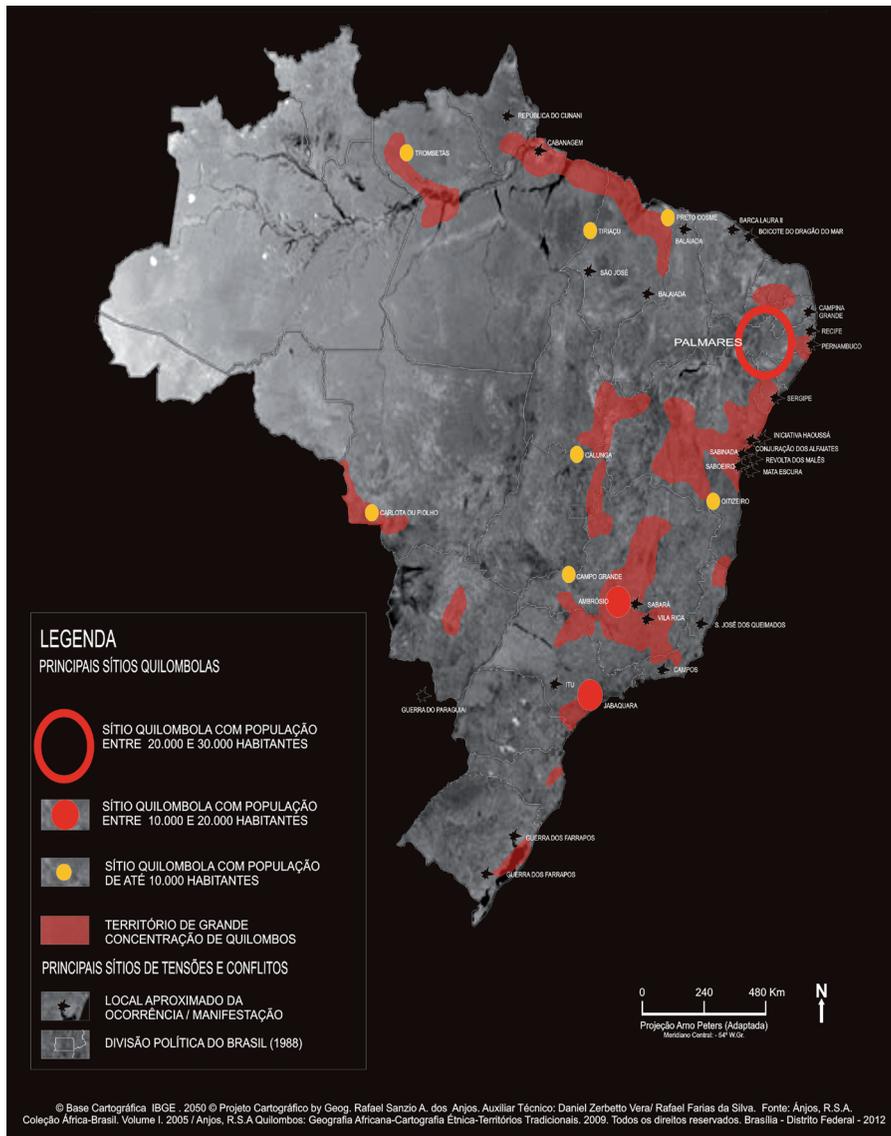
No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e que apenas recentemente passaram a ter atenção do Estado e ser do interesse de algumas autoridades, organismos oficiais e da academia. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e as técnicas de referências tropicais. Pode-se dizer que sobrevivem no Brasil contemporâneo “pedaços seculares de territórios africanos” fundamentais para o entendimento da territorialidade complexa, multifacetada e diversa do país.

As comunidades descendentes de antigos quilombos emergiram e estão presentes nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país e, principalmente, nos revelam que não foram poucos os sítios quilombolas formados durante a escravidão no território brasileiro. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política de uma rede de entidades de matriz africana organizadas no país; de representatividades com pesquisas isoladas, com ações sistemáticas desde os anos 1980 em todo o Brasil.

FIGURA 4

**Brasil: principais zonas e sítios de quilombos e movimentos sociais das populações africanas e seus descendentes no território brasileiro – séculos XVI-XIX**

(Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos)



Fonte: Anjos (2009).

Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

As ações do setor decisório se mostram conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos governamentais para tratar e resolver demandas das questões dos quilombos contemporâneos, é possível constatar, de forma quase estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados. Essa problemática tem como pano de fundo a falta de prioridade política e heranças preconceituosas ainda presentes no pensamento social dominante do Brasil atual. Pode-se complementar um pouco essa constatação apontando a continuidade da falta de comprometimento no sentido da formação de uma base informacional unificada, assim como de uma cartografia oficial dos territórios quilombolas. A esses óbices somam-se disputas e conflitos institucionais por espaço para a condução das questões de interesse das comunidades descendentes dos quilombos, dificultando decisivamente as resoluções dos seus problemas.

Do ponto de vista geográfico, entre os pontos estruturais que ainda permeiam a situação das comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição desses sítios no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e não existe perspectiva concreta para realização de um censo demográfico-territorial para registrar de forma eficaz o que se processa no território deste “Brasil invisível”. Desde 1997 o Projeto Geoafro realiza coleta e sistematização de dados referentes ao nome da comunidade quilombola e seu município de localização, junto a três segmentos básicos: instituições universitárias (públicas e privadas) do país e organismos dos governos estaduais e da esfera federal, articulando as informações existentes na rede de instituições de promoção sociopolítica e cultural dos afrodescendentes do país. Desse processo de trabalho, já foram fechados cinco cadastros de registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil. Com um processo de trabalho permanente, esses cadastros buscam corrigir aspectos da toponímia dos registros já sistematizados; excluir comunidades a partir de documentação escrita fornecida e acrescentar as outras ocorrências de sítios informadas. A seguir são apresentadas algumas expressões espaciais e quantitativas do contexto atual dos registros quilombolas no Brasil (figura 5).

A observação do mapa temático com a distribuição aproximada dos sítios com territórios quilombolas no país aponta alguns aspectos importantes, a saber:

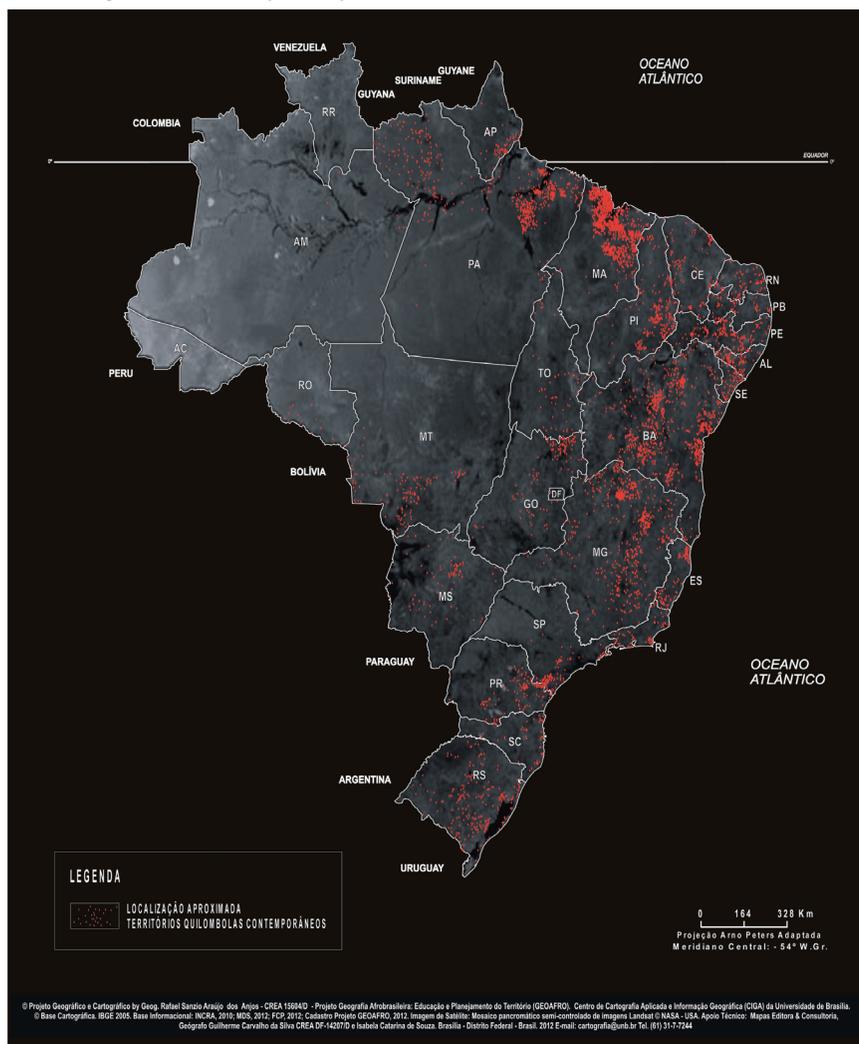
- 1) A constatação espacial dos registros em praticamente todo o país (exceção de Acre e Roraima). Este fato cartográfico afirma o quanto o Brasil contemporâneo é quilombola, mesmo com o contexto de “invisibilidade”.

- 2) Outro aspecto geográfico são as concentrações dos sítios em algumas regiões do país, dado que correspondem às regiões produtivas do “Brasil Colonial”. Chama atenção a faixa territorial iniciada no norte do Pará, passando por todos os estados da região Nordeste, por Minas Gerais e Goiás, indo até o sul de São Paulo.

FIGURA 5

**Brasil: distribuição aproximada dos sítios dos territórios quilombolas – Projeto Geoafro (2012)**

(Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos)



Fonte: Anjos (2012b).

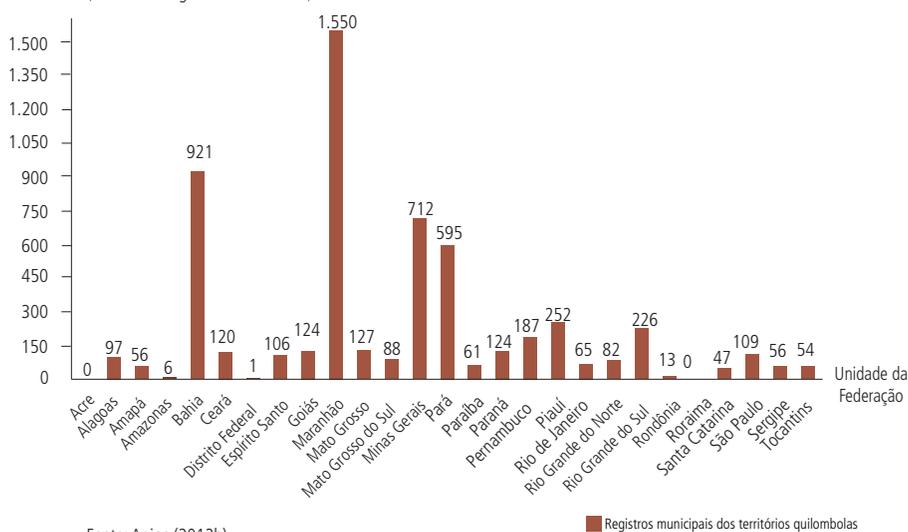
Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

- 3) São relevantes as ocorrências nas zonas fronteiriças dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará e o Rio Grande do Sul, contexto que indica a necessidade de alargarmos a compreensão espacial da extensão dos territórios quilombolas formados no Brasil Colonial para além das fronteiras do país. O gráfico 1, com os registros quantitativos das ocorrências nas unidades políticas do país, confirma as constatações espaciais apontadas.

GRÁFICO 1

**Brasil: registros municipais dos territórios quilombolas por Unidade da Federação: cadastro Projeto Geoafro (2012)**

(Número de registro dos territórios)



Fonte: Anjos (2012b).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Levando-se em conta que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, este texto termina recomendando os tópicos a seguir.

- 1) A questão do desconhecimento da população brasileira, no que se refere ao continente africano, é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não se pode perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema para a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais eficaz e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O(a) brasileiro(a) não pode continuar achando que a África é um país e tampouco achar que lá somente existem doenças, seres humanos e culturas primitivas, espaços para safári, animais exóticos

etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar na manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas.

- 2) A questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais, esporádicas e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, nesta primeira década do século XXI e com indícios de manutenção. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto/médio prazos.
- 3) Dentre outros pontos relevantes para equacionar os problemas estruturais dos territórios quilombolas, destacam-se os seguintes: *i)* a realização de um censo demográfico-territorial-nacional para a montagem de um perfil realista do que se passa no mundo real; *ii)* a definição de um cronograma público da política de demarcação-titulação das terras quilombolas; *iii)* a criação de um programa de contenção da mobilidade demográfica nas comunidades com a saída dos jovens para as periferias das grandes cidades brasileiras; *iv)* um planejamento de sustentabilidade territorial básico visando à autonomia econômica da comunidade quilombola; *v)* o monitoramento dos programas atuais de infraestrutura física nas comunidades, buscando evitar os riscos crescentes de descaracterização da paisagem quilombola; e, finalmente, *vi)* uma atenção especial para os riscos da “turistificação” dos territórios dos quilombolas sem o envolvimento efetivo e a condução desse processo pela população quilombola. Por isso, compreende-se que tais territórios são, atualmente, espaços geográficos de risco no sistema e, portanto, merecem uma atenção/reparação emergencial e permanente.
- 4) O Projeto Geoafro tem como premissa que as informações por si sós não significam conhecimento. Entretanto, elas revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, existem condições de se conhecer de forma mais honesta os “territórios secularmente invisíveis”, de modo a contribuir na modificação das políticas pontuais e superficiais, a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração da situação precária e excludente da população de matriz africana no Brasil contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **A geografia, os negros e a diversidade cultural**. Florianópolis, 1998. p. 93-106 (Série O Pensamento Negro em Educação – Núcleo de Estudos Negros).

\_\_\_\_\_. **Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009. 190 p.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da diáspora África – América – Brasil**. Séculos XV-XVI-XVII-XVIII-XIX – cartografia para educação. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2012a.

\_\_\_\_\_. Relatório da atualização do cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil – 2012. **Relatório Interno do Projeto Geoafro**. Brasília: Ciga/UnB, 2012b.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, R. S. A. A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada. **Revista humanidades**, Brasília, n. 6, v. 22, p. 12-32, 1989.

\_\_\_\_\_. A geografia, a África e os negros brasileiros. *In*: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999a. p. 169-182.

\_\_\_\_\_. Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil. **Revista humanidades**, Brasília, n. 9, v. 47, p. 87-98, 1999b.

\_\_\_\_\_. A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. **Revista Palmares em ação**, Brasília, Ano 1, n. 2, p. 56-66, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coleção África-Brasil**: cartografia para o ensino-aprendizagem. 2. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil** – primeira configuração espacial. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Territórios das comunidades quilombolas do Brasil** – segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Coleção África-Brasil**: cartografia para o ensino-aprendizagem. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2007. v. II.

\_\_\_\_\_. **África-quilombos-Brasil**: atlas geográfico. Relatório final de pós-doutorado em cartografia étnica. Universidade de Brasília: GEA-Ciga/CNPQ/Museu Real da África Central (MRAC) – *Tervuren*. Bruxelas-Bélgica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Territorialidade quilombola**: fotos & mapas/quilombola territoriality: photos & maps. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011. 124 p.

ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO, A. **Quilombolas** – tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações/Petrobras, 2006. 240 p.